

Na audição onde a Comissão parlamentar de averiguações ao desaparecimento de material de guerra nos paióis de Tancos ouviu o tenente general José Carlos Filipe Antunes Calçada, e em resposta a uma questão colocada por um senhor deputado, o inquirido proferiu declarações sobre mim que, porque incorretas e cheias de falsidades, me levam a vir junto de V. Exa. no sentido de as esclarecer e, como se afirma muitas vezes no plenário da Assembleia da República, defender a minha honra.

Começo por lhe solicitar, senhor Presidente, que dê desta minha carta conhecimento a todos os membros da Comissão.

Por mim, para além de dar conhecimento da mesma ao senhor Presidente da Assembleia da República e ao próprio general Calçada, reservo-me o direito de, porque as audições são do conhecimento público, dar igual conhecimento público desta carta.

Da maneira como o general Calçada se referiu a mim resulta claro um enorme esforço para me tentar amesquinhar, seja no meu currículo militar, seja no meu posicionamento sobre a questão do "assalto a Tancos".

Sejam-me permitidos alguns esclarecimentos e comentários, sobre essas duas questões.

1. No que se refere ao meu currículo militar, na ânsia de o minorizar, o general Calçada faz afirmações falsas e incompletas.

É natural que a sua idade lhe não permita conhecer o que se passou em Portugal nas décadas de 60/70/80 do século passado, com especial realce no papel desempenhado pelas Forças Armadas, pelo Exército em particular e, ainda mais em particular, por mim próprio. Permitam-me que considere que, face a ter atingido o topo da carreira militar, era natural que o mesmo se interessasse por essa história. Não o fez, é um problema dele, não pode é agredir outros, porque é ignorante...

Afirmou o general Calçada que "o coronel Lourenço cumpriu apenas vinte e dois anos de serviço militar, os últimos seis dos quais em funções não militares"

Esta afirmação é falsa e, porque bastante incompleta, deturpa fortemente o que se pretendeu clarificar. Por isso, mesmo gratuitamente, impõe-se esclarecer e ensinar o general Calçada.

Em primeiro lugar, o coronel Vasco Lourenço cumpriu vinte e sete anos de serviço militar, pois ao contrário da falsa afirmação agora feita pelo general Calçada. o coronel Vasco Lourenço não passou à situação de reserva em 1982, após o fim do Período de Transição e do Conselho da Revolução (já então contrariou o desejo dos "amigos" do general Calçada, mas o facto é que não aceitou a solução para onde tentaram empurra-lo...).

Por decisão sua, e apesar de lhe atirarem o engodo da contagem do tempo de serviço por inteiro se passasse à reserva no prazo de seis meses, Vasco Lourenço não seguiu o procedimento de alguns dos seus camaradas com menos de trinta e seis anos de serviço e viria mesmo a ser o único dos conselheiros da Revolução (dos que pertenciam a esse órgão de soberania quando da sua extinção) que passaria à reserva sem direito à pensão por inteiro (situação que seria resolvida mais tarde, quando declarado deficiente das Forças Armadas).

Tendo, por decisão sua, repito, regressado ao Exército, aí desempenhou as funções que lhe foram atribuídas, correspondentes ao seu posto de major e tenente-coronel. E assim chefou, durante seis anos e meio, a Secção de Informações da CHERET, tendo feito questão de, apesar de oficial superior, ter participado nos Exercícios ORION.

Após isso, quando quis, a seu pedido, passou à situação de reserva em 20 de Abril de 1987. A seu pedido e na data pretendida... sete anos depois do afirmado pelo general Calçada...

Em segundo lugar, no que se refere às funções desempenhadas nos seis anos que o general Calçada erradamente refere, quanta ignorância, meu Deus!

Impõe-se esclarecer o referido oficial que, de Novembro de 1975 a Abril de 1978 (dois anos e meio), o então capitão Vasco Lourenço foi graduado em brigadeiro (NOV 75 a JUL de 76) e em general (JUL 76 a ABR 78) para comandar a Região Militar de Lisboa e desempenhar o cargo de Governador Militar de Lisboa (com a particularidade de este cargo ter sido expressamente criado para o efeito, pois fora decidido que os membros do Conselho da Revolução, os que comandavam regiões militares, teriam de optar entre os dois cargos. E, como o capitão Vasco Lourenço, graduado em brigadeiro, optou pelo cargo de conselheiro da Revolução e os responsáveis do Exército consideravam não haver no mesmo quem tivesse condições para substituir Vasco Lourenço...). Está claro que mais tarde, no tempo do general Calçada, havia generais a "dar com um pau", prontos a desempenhar qualquer cargo...

Estórias que o general Calçada devia conhecer mas, ou as desconhece ou decidiu ignorá-las e camuflá-las...

Bom, seria importante que o general Calçada se informasse devidamente da maneira como o então capitão Vasco Lourenço desempenhou as funções referidas e demonstrou, na prática, que não era necessário um general de carreira para desempenhar um cargo tão complicado e difícil, numa época extraordinariamente complexa e cheia de problemas pouco comuns.

A sua idade, como já referi, não lhe permite fazer uma ideia das condições que então se viveram e da dimensão e complexidade da Região Militar de Lisboa.

Mas, se pretender aprender, contacte a generalidade dos oficiais que então nela serviram, nomeadamente os que comandaram unidades e os que formaram o estado-maior.

Lamentavelmente, já não os poderá contactar todos, pois muitos deles já nos deixaram. Mas poderá contactar o general Alípio Tomé Pinto (a que fez referência nas suas declarações) e saber da opinião de quem então desempenhou as funções, primeiro de chefe do estado-maior da RML, depois de comandante do RI de Queluz.

Talvez se surpreenda com a opinião dele sobre a maneira como o capitão graduado Vasco Lourenço desempenhou esses cargos.

Isto, porque gostaria de elucidar o general Calçada de que tenho enorme honra e orgulho pela forma como desempenhei essas funções de comando, ainda por cima em acumulação com o cargo de membro do órgão de soberania Conselho da Revolução. O que me levou a mais tarde, quando alguns generais do tipo do general Calçada, saíram debaixo das secretárias onde se tinham metido nos momentos quentes, e se quiseram por em bicos de pés, a declarar publicamente que "generais papo ao pequeno-almoço!"...

Ao ouvir o general Calçada dizer que não conhecia o coronel Lourenço, veio-me à memória um episódio passado com um desses generais, de nome Igrejas: como director da Arma de Infantaria, declarou no Conselho dessa mesma Arma, na apreciação dos oficiais para efeitos de promoção, que "não conheço o capitão Vasco Lourenço, conheço apenas o general Vasco Lourenço". E, como o que estava a ser apreciado era o capitão, considerou que este não tinha condições para ser promovido por escolha e, portanto, poderia ser ultrapassado por dois

capitães mais modernos. E fez aprovar isso, o que levou o capitão Vasco Lourenço a declarar no Conselho da Revolução que se isso se concretizasse, deixaria as chaves do gabinete de Comandante da RML e Governador Militar de Lisboa em cima da secretária e nem faria a transmissão de Comando. E, como continuava a não haver substituto, Vasco Lourenço foi promovido de forma a não ser ultrapassado e continuou a acumular os cargos de comandante da RML e de governador militar da mesma cidade... agora como major graduado em general.

General, posto a que quiseram promovê-lo, quando terminou o Conselho da Revolução, promoção que Vasco Lourenço não aceitou, devido à forma como o processo foi conduzido...

Mas, porque estamos em maré de promover informação para que o general Calçada passe a saber o que há muito devia ter aprendido, acrescento que a nomeação de Vasco Lourenço para o Comando da RML foi a causa próxima do desencadear dos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975. Acontecimentos que só se não transformaram num novo 28 de Maio porque alguns militares, nomeadamente os que estiveram no Comando das forças do Grupo dos Nove, leais ao Presidente da República, o evitaram. E, já agora, permitam-me que reivindique um papel importante, pois a cadeia de comando dessas forças foi: general Costa Gomes (PR), capitão Vasco Lourenço (indigitado comandante da RML), tenente-coronel Ramalho Eanes (adjunto de Vasco Lourenço). Assim transformando esse 25 de Novembro no "acontecimento que faltou ao 5 de Outubro" e conseguindo que o processo de construção e consolidação da Democracia fosse uma realidade, com a aprovação da Constituição da República em 2 de Abril de 1976. Talvez o general Calçada goste de saber que a Assembleia Constituinte fora eleita por 92 por cento dos mais de cinco milhões e meio de eleitores inscritos nos cadernos eleitorais, cadernos que nas "eleições" de Outubro de 1973 não tinham mais de um milhão e meio de eleitores. E também que a Constituição da República foi aprovada com os votos favoráveis de 92 por cento dos deputados constituintes. Certamente que há uma minoria que não concorda - não sei o que pensa o general Calçada - mas eu afirmo-lhe que considero que foi assim que as Forças Armadas Portuguesas se prestigiaram junto dos seus concidadãos como nunca o haviam feito! Nem voltaram a fazer...

Mas para que o general Calçada, a quem não reconheço a mínima autoridade moral, ética ou profissional, para se pronunciar sobre o meu passado de militar, fique melhor informado, acrescentarei às informações que, gratuitamente, lhe presto, que de 1961 a 1974 as Forças Armadas Portuguesas estiveram envolvidas numa guerra colonial, onde muitos militares, e naturalmente oficiais, combateram.

Pessoalmente, fiz uma comissão de dois anos na Guiné (1969-1971), regressei diferente e, como afirmo, no livro "Do Interior da Revolução", imbuído de três sentimentos, relativamente distintos e até contraditórios: satisfeito, por me considerar realizado face aos resultados obtidos, quer como homem quer como militar; angustiado, pela descoberta de que, como militar estava a ser explorado, utilizado pelo poder, para fazer uma guerra injusta, que servia também para suportar um regime iníquo e ilegítimo; decidido, porque "abertos os olhos", optara por não voltar àquela guerra e a tudo fazer para ajudar a modificar esse estado de coisas...

Já que estamos em maré de livros se o general Calçada se quiser instruir para saber a verdade e não dizer aleivosias, talvez fosse bom ler o livro "No Regresso Vinham Todos", por mim coordenado, onde se conta a história da Companhia de Caçadores 2549, que comandeí. Ficará a saber mais através de um livro escrito durante a comissão, por vários elementos da Companhia – penso ser caso único de livro publicado, escrito durante a guerra e não após o regresso.

Mas, voltando ao regresso da guerra em Junho de 1971, se analisar bem, acabei por cumprir aquilo que me propusera fazer: ajudei a dar um piparote nos ditadores, ajudei a resolver o problema da guerra e a alcançar a paz, ajudei a implantar a Liberdade e a Democracia em Portugal.

Isto é, ajudei a que as Forças Armadas cumprissem o seu papel mais nobre – ao contrário do que pensa o general Calçada, as Forças Armadas não têm como objectivo final fazer a guerra (ou matar, como afirmou), mas sim criar condições para se fazer a Paz.

E, também para que saiba, fi-lo ocupando sempre um lugar cimeiro em todo o processo que nos levou a realizar a melhor operação, melhor preparada, melhor planeada, melhor executada, que alguma vez as Forças Armadas Portuguesas realizaram!

Não, não se espante com esta afirmação, general Calçada, já a fiz perante vários militares, especialistas em História, estratégia, ou outra coisa qualquer e, até hoje, nenhum conseguiu rebater-me, acabando por me darem razão, ao não conseguirem apresentar outra operação com mais sucesso.

Penso que o general Calçada já terá percebido que falo do 25 de Abril de 1974!

E, ainda para melhor elucidação, dir-lhe-ei que, durante toda a conspiração fui o responsável maior pela mesma, a Direcção do Movimento dos Capitães era composta por dois majores (Vitor Alves e Otelo Saraiva de Carvalho) e por um capitão (Vasco Lourenço) e era este o responsável operacional.

Para terminar mesmo este ponto: Vasco Lourenço é o único oficial que pertenceu sempre, desde o início até ao fim, aos diferentes órgãos de cúpula da Direcção do Movimento dos Capitães e do Movimento das Forças Armadas.

Por tudo isto, repito o atrás afirmado: não reconheço ao general Calçada a mínima autoridade moral, ética ou profissional, para se pronunciar sobre o meu passado de militar.

A que acrescento não temer minimamente a comparação dos 27 anos onde constituí o meu currículo, com os 41 que o general Calçada passou nas fileiras!

Senhor Presidente, senhores Deputados,

Tudo isto pode parecer suspeito, Estou a falar em causa própria, estarei a pôr-me “em bicos de pés”?

Não o considero. Tenho muita honra no meu passado, não aceito que algum general, por mais importante que se julgue, tente manchar o meu nome.

E faço-o essencialmente porque interpreto a atitude do general Calçada não só como tentativa de resposta às minhas observações quanto à natureza da sua demissão e à pouca importância que dei a esse facto, mas fundamentalmente com o objectivo de tentar demonstrar que não tenho currículo credível para que a minha opinião sobre a farsa de Tancos seja de considerar.

Quanto ao currículo na intervenção cívica, porque nada conheço sobre a actividade dessa natureza do general Calçada, abstenho-me de fazer ou sugerir qualquer comparação.

Um último pormenor que gostaria de clarificar: o general Calçada afirmou que, em declarações ao “Diário de Notícias”, eu opinei que, dado que ele, general Calçada, e o general Meneses eram de direita e por isso não faziam falta ao Exército, podiam sair à vontade.

Como não é meu hábito fazer declarações desse tipo, porque não me recordo de ter declarado qualquer coisa semelhante, procurei nas declarações por mim feitas, contactei o jornalista responsável pela publicação dessas mesmas declarações. Como já esperava, o general Calçada mais uma vez se engana, ou não, e presta declarações falsas.

Com efeito, declarei que “não dou grande importância à demissão dos dois generais, como não dou ao movimento das espadas que eles estarão a patrocinar ou a tentar cavalgar. Estou atento, confiante em que os militares se não deixem embalar pelo canto das sereias.”

Como se constata não carimbei ideologicamente nenhum dos generais...

Se é a sua consciência que os faz ver nas minhas declarações a afirmação de que “são de direita”, o problema é deles...

2. Vejamos agora o segundo ponto das declarações do general Calçada, quando classifica de absurda a minha opinião sobre o que se passou nos paióis de Tancos. Opinião que expressei publicamente, por várias vezes, e que, até hoje, não vi desmontada por quaisquer dados concretos.

(se algum dos senhores deputados o desejar, poderei fazer chegar à Comissão os textos por mim produzidos sobre esta questão.)

Em primeiro lugar, quero lembrar-lhe, dado me ter parecido que o general Calçada partilha a confusão que, de forma premeditada, têm criado sobre as minhas declarações: nunca afirmei que não houve desaparecimento de material de guerra dos paióis de Tancos. Sempre o admiti, como tive oportunidade de afirmar ao então chefe do estado-Maior do Exército, general Rovisco Duarte.

O que sempre afirmei – desde o dia seguinte, quando analisei a forma e os pormenores do “assalto” – é que não houve qualquer assalto, como nós militares definimos assalto. Mais, nem chegou a haver roubo, pois isso pressupõe violência e esta esteve ausente totalmente ausente da operação, a confiar nas notícias publicadas e nas informações que recolhi.

Houve um desvio de material – podem chamar-lhe furto, é igual – e provavelmente efectuado por etapas e, quando se considerou o momento oportuno, procedeu-se a uma encenação de um assalto, autêntica farsa, para permitir a exploração política pretendida (admito que essa farsa também pretendesse camuflar complicitades internas na participação da operação de desvio...).

Foi um ver se te avias, com descrições em alguma comunicação social que só poderiam sair de quem “assaltara” ou assistira ao “assalto”.

Simplesmente, a incompetência dos farsantes foi tão grande, as contradições eram visíveis a olho nu, que foi fácil perceber estarmos perante uma farsa. Foi essa a minha conclusão imediata, continua a ser a minha convicção, considero que a evolução dos acontecimentos tem confirmado as minhas opiniões, confio que o deslindar dos acontecimentos – se eles se deslindarem efectivamente, como desejo e espero – virá a dar-me inteira razão.

A “exploração do sucesso” do “assalto” forneceu-nos um fartote de atitudes que contribuíram decisivamente para o enorme escândalo criado, interna e externamente.

Dessas atitudes sobressai o “Movimento das Espadas”, que recolheu a penates antes de sair da igreja.

Diz agora o general Calçada que discordou e discorda desse Movimento, mas aqui, lançarei mão a dois ditados populares: “quem não quer ser lobo não lhe veste a pele” e “à mulher de César não basta ser séria...”

É que os acontecimentos em que o general Calçada esteve envolvido nessas alturas, seja a própria demissão seja o apoio ao mentor do referido Movimento, envolvem o general Calçada na manifesta e escandalosa exploração do “assalto”.

E não venha com o argumento da amizade e da decisão atempadamente tomada – quanto à apresentação do livro e das palavras proferidas – pois, um bom militar tem de ser capaz de adaptar as suas decisões ao evoluir da situação.

Confesso que, porque não acredito em coincidências destas, as explicações/mistificações/desculpas apresentadas soam-me a “música de violino”...

Por serem demasiado conhecidas de todos, seja dos senhores deputados seja do próprio general Calçada, as consequências da farsa – que ainda não terminou – abstenho-me de as aqui enumerar.

Chamarei apenas a atenção para o facto de o presumível comprador do material desviado nunca ter aparecido.

Em minha opinião, isso deve-se ao facto de nunca ter existido um presumível comprador. O que pressupõe que o ladrão, sentindo-se enganado, decidiu, provavelmente “aconselhado” pelo próprio intermediário da compra desse material desviado, encenar a “devolução” do mesmo. É outro mistério que não pode deixar de ser averiguado e esclarecido. E, aí, talvez se consiga perceber toda a trama do “assalto aos paióis de Tancos”, em minha opinião da “farsa de Tancos”...!

Tenhamos esperança, mas continuemos a preocupar-nos. É que o diabo continua, teimosamente, a não aparecer...!

Lisboa, 22.03.2019

Vasco Lourenço

P. S.

Poderá estranhar-se o facto de só agora estar a proceder a esta “resposta” às declarações do general Calçada.

Acontece que, porque não tenho por hábito ver as declarações produzidas nas audições da Comissão Parlamentar de Averiguações, só agora, alertado por um amigo, vi as afirmações com que fui mimoseado...